

ST: Brasília – Confronto entre a iluminação do passado e a reflexão sobre um presente em evolução constante.

PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA E RESERVA BIOLÓGICA DA CONTAGEM - TRAÇOS DA CULTURA MATERIAL

WILSON VIEIRA JÚNIOR

Historiador, mestrando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
Brasília – FAU/UnB

Resumo

O Parque Nacional de Brasília (Parna de Brasília), criado em 1961, e a Reserva Biológica da Contagem (Rebio da Contagem), criada em 2002, são unidades federais de conservação de proteção integral administradas pelo Instituto Chico Mendes de Proteção Ambiental (ICMbio). Os limites do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem foram demarcados num território historicamente contextualizado pela dinâmica do avanço dos séculos coloniais. As terras desapropriadas para a fundação das reservas ambientais compreendem um espaço moldado por relações sociais, materializado na localização e distribuição de elementos criados pelo homem numa relação direta com o ambiente natural. Durante pesquisa em campo realizada em 2009 e 2010, foram identificados vestígios da ocupação do Planalto Central, testemunhos do século XVIII ao XX. As evidências são reconhecíveis em estruturas de casas, como esteios e baldrames de madeira, telhas de barro e tijolos de adobe, partes em madeira de monjolos e currais, utensílios domésticos e de trabalho, ferragens, quintais com árvores frutíferas centenárias, como mangueiras e jabuticabeiras, rego d'água, cemitérios, valos (trincheiras cavadas no solo que serviam como cercas e limites das propriedades), entre os mais encontrados em campo. As diretrizes das unidades de conservação contemplam, segundo a legislação brasileira, a preservação do ecossistema Cerrado. Pelo texto da legislação, a preservação do patrimônio cultural nelas existente não está na competência das mesmas e, tampouco, consta dos bens culturais relacionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O objetivo da pesquisa é relacionar os traços da cultura material com o modo de vida que se desenvolveu nos espaços hoje pertencentes ao Parna de Brasília e

a Rebio da Contagem, de modo a fornecer subsídios suficientes para o reconhecimento do valor histórico dos vestígios e provocar a administração das unidades de conservação a refletir sobre seus espaços também como lugares históricos.

Abstract

The Brasilia National Park (Parna - Brasília), created in 1961, and the Biological Reserve of the Contagem (Rebio Contagem), established in 2002, federal units are fully protected conservation areas administered by the Environmental Protection Chico Mendes (ICMbio). The limits of Parna - Brasília and Rebio Contagem were established in a territory historically contextualized by the dynamics of the progress of colonial centuries. The lands expropriated for the establishment of environmental reserves include a space shaped by social relations, embodied in the location and distribution of elements created by man in direct relation to the natural environment. During field research held in 2009 and 2010 were identified traces of occupation of the Central Plateau, evidence from the eighteenth to twentieth centuries. The evidence is recognizable in structures of houses, such as props and baldrames wood, clay tiles and adobe bricks, pieces of wood and Monjolos pens, kitchen utensils and labor, hardware, centennial gardens with fruit trees, such as hoses and jabuticaba , irrigation water, cemeteries, ditches (trenches dug in the ground that served as fences and property boundaries), among the most commonly found in the field. The guidelines include the conservation units, according to Brazilian law, the preservation of the Cerrado. For the text of legislation, preservation of cultural heritage existing in them is not in the same competence and, either, given the cultural goods listed by the Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN). The purpose of this research is to relate the traces of material culture with way of life that developed in areas that today belong to Parna Brasília and Rebio Count in order to provide sufficient subsidies to recognize the historical value of the remains and cause management of protected areas to reflect on their spaces as well as historical places.

Introdução

O Parque Nacional de Brasília (Parna de Brasília) criado em 1961, e a Reserva Biológica da Contagem (Rebio da Contagem) criada em 2002 (Fig. 1), são unidades federais de conservação de proteção integral administradas pelo Instituto Chico Mendes de Proteção Ambiental – ICMBio, autarquia estatal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente do Brasil¹.

¹ Fonte: ICMBi. Disponível em:<www.icmbio.gov.br>. Acessado em: 9 de setembro de 2010.

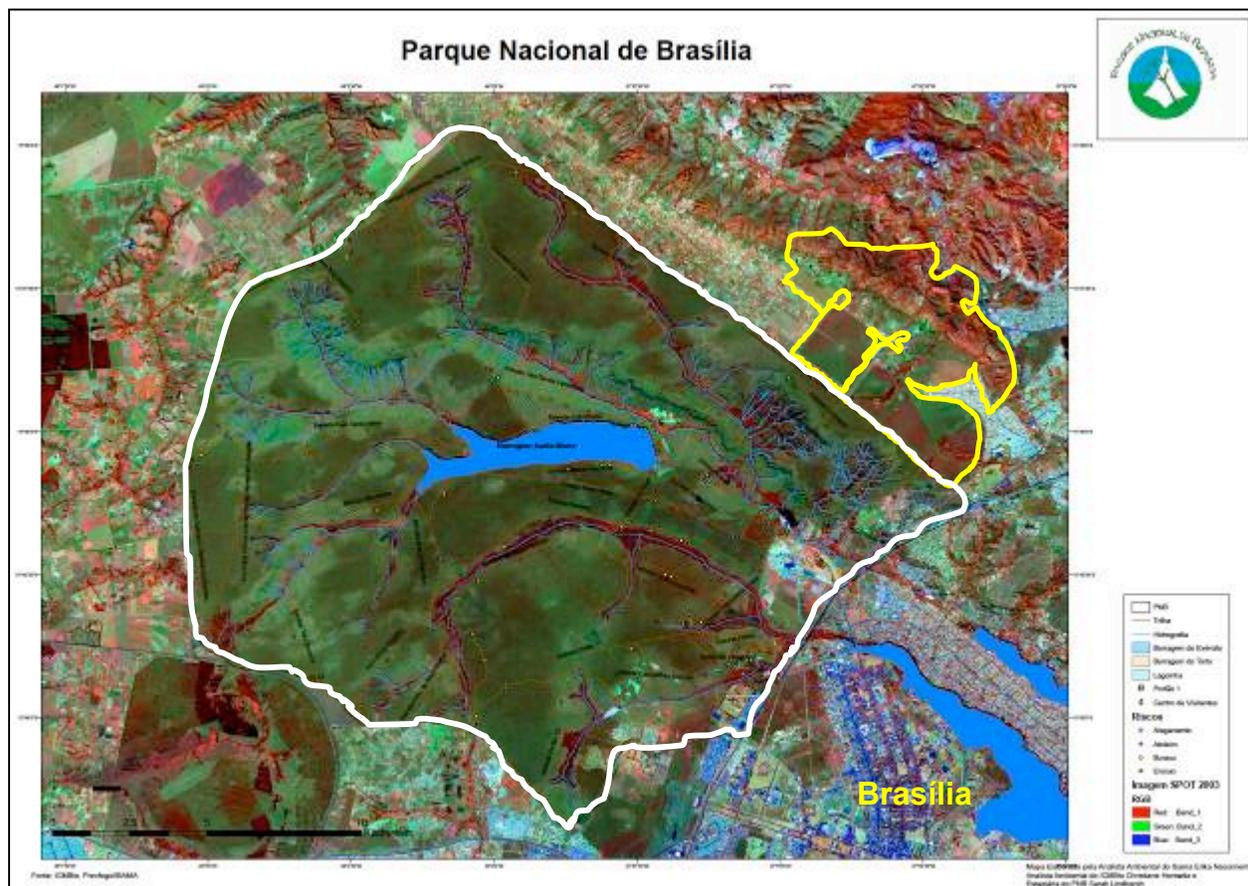


Fig. 1 - A linha branca demarca a poligonal do Parna de Brasília e a amarela a da Rebio Contagem.
Fonte: adaptado de *Parque Nacional de Brasília* (Quadro 1. Fig. 1).

Uma das primeiras reservas ambientais institucionalizadas no país, o Parque Nacional não estava previsto nos planos iniciais de construção de Brasília. Durante as obras da cidade a área do atual Parna de Brasília estava destinada ao Convênio Florestal de Brasília, órgão temporário criado por acordo entre o Ministério da Agricultura, a Prefeitura do Distrito Federal e a Novacap. A responsabilidade do Convênio Florestal era cuidar do serviço de jardinagem, gramado e plantio de espécies arbóreas na nova Capital. Ao fim do acordo, diretores e funcionários articularam a criação da unidade de conservação no espaço utilizado pelo convênio.

Criada em 2002, a Rebio da Contagem tem os seus 3.460 hectares cercado pelo conturbado cenário da ocupação ilegal de terras públicas e privadas para moradia e plantio. Durante as obras de Brasília a região foi utilizada para o fornecimento de cascalho, matéria

prima para a construção da cidade. Posteriormente foi instalado no local uma estação para captação de água e hoje é uma das áreas de mananciais protegidas do Distrito Federal².

Em 1993 a área do Parna de Brasília foi reconhecida pela Unesco como zona núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal³. Fator que fortalece a proteção do seu patrimônio ambiental.

Em 2006 foi aprovada a ampliação do Parna de Brasília, quando sua área limite passou de 30 mil hectares para 41,8 mil hectares, abrangendo expressiva região de beleza cênica e importantes exemplares da biodiversidade do Cerrado.

Os limites do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem foram demarcados num território historicamente contextualizado pela dinâmica do avanço dos séculos coloniais. As terras desapropriadas para a fundação das reservas ambientais compreendem um espaço moldado por relações sociais, materializado na localização e distribuição dos elementos criados pelo homem numa relação direta com ambiente natural. Tempos passados, imemoráveis, marcados no solo que os abrigou durante anos.

As diretrizes das unidades de conservação contemplam, segundo a legislação brasileira, a preservação do ecossistema Cerrado. Pelo texto da legislação, a preservação do patrimônio cultural nelas existente não está na competência das mesmas e, tampouco, consta dos bens culturais relacionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁴.

Justificativa

No decorrer de 2009, durante pesquisa aprovada com o objetivo de identificar, estudar e a organizar as informações históricas sobre vestígios da ocupação humana nos anos anteriores a construção de Brasília no perímetro do Parna de Brasília e da Rebio Contagem, obtivemos como resultado evidências de quatro grandes fazendas que ali existiram e foram desapropriadas para a construção da nova Capital. As fazendas Brejo ou Torto, Bananal, Larga de Santa Maria e Contagem remontam suas histórias ao século XIX e XX (Fig. 2).

² Decreto Nº 18.585, de setembro de 1997. Fonte: CAESB, www.caesb.df.gov.br, acessado em novembro de 2009.

³ Lei Distrital nº742, de 28/07/1994, define os limites, funções e o sistema de gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal. Por meio desta Lei o Distrito Federal reafirma o compromisso de integrar a Rede Mundial das Reservas da Biosfera. Fonte: UNESCO, O Programa o homem e a biosfera. Disponível em: <www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_cerrado.asp>. Acessado em 5 de março de 2010.

⁴ Um dos objetivos desse trabalho é contribuir, por meio da pesquisa, identificação e registro dos bens culturais das unidades de conservação, com as ações do IPHAN.

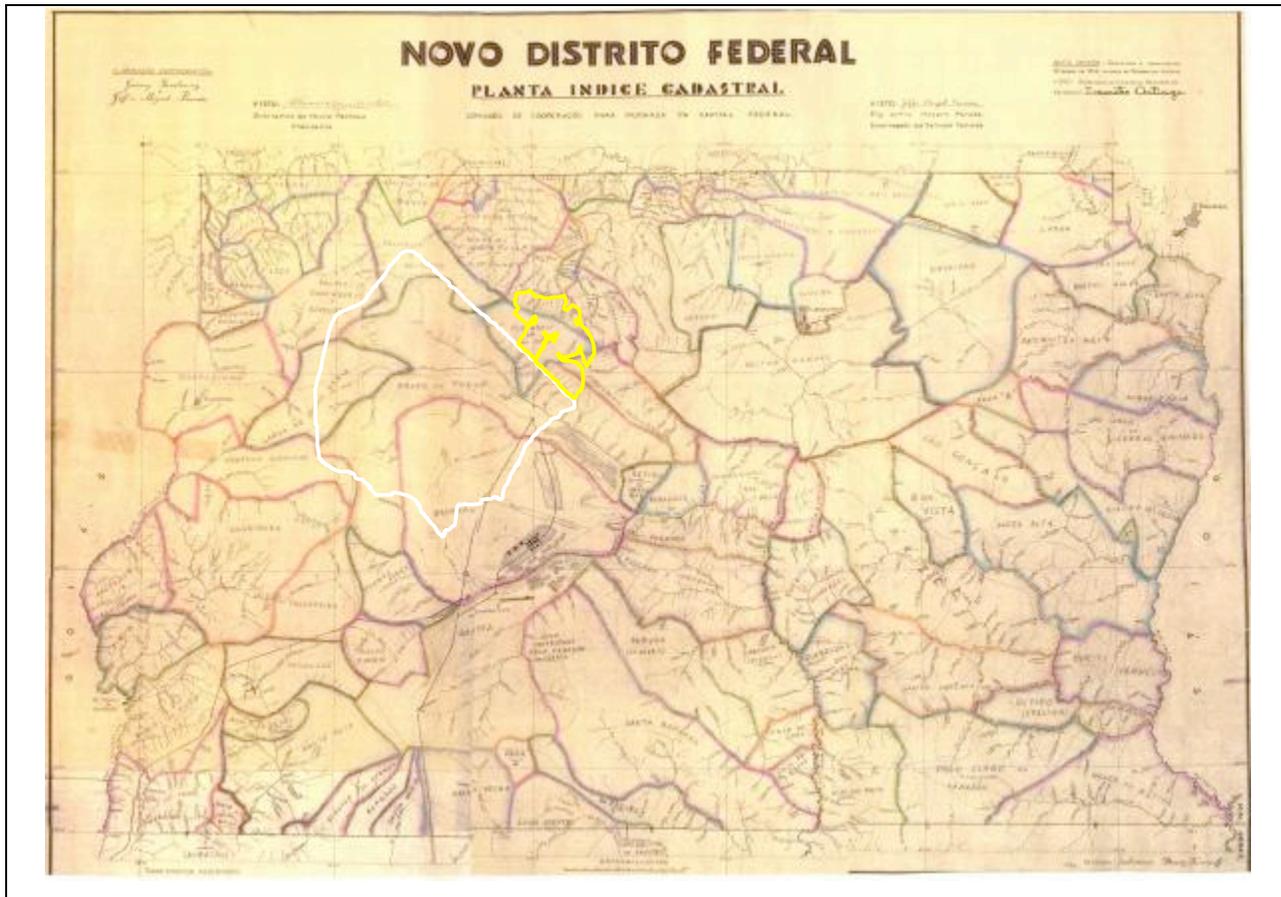


Fig. 2 – Aproximação dos atuais limites da unidades de conservação sobrepostos às antigas fazendas no Distrito Federal. Fonte: adaptado de *Novo Distrito Federal: Planta Índice Cadastral* (Quadro 1. Fig. 2).

As evidências são reconhecíveis em estruturas de casas, como esteios e baldrames de madeira, telhas de barro e tijolos de adobe, partes em madeira de monjolos e currais, utensílios domésticos e de trabalho, ferragens, quintais com árvores frutíferas centenárias, como mangueiras e jabuticabeiras, rego d'água, cemitérios, valos (trincheiras cavadas no solo que serviam como cercas e limites das propriedades), entre os mais encontrados em campo (Fig. 3).



Fig. 3 – Taxo de ferro, cruzeiro marcando provável cemitério e valo delimitador da fazenda Santa Maria.
Fonte: Acervo do autor (2009).

As reservas também guardam antigas estradas, como trechos da Estrada Real (século XVIII) e os caminhos relatados em mapas como os das comissões chefiadas pelo astrônomo Luiz Cruls (Comissão Exploradora do Planalto Central e Comissão de Estudos da Nova Capital da União), que percorreram o planalto goiano em dois momentos entre os anos de 1892 a 1895. A Comissão de Estudos da Nova Capital da União esteve acampada por dois anos ao

longo do caminho que ligava Santa Luzia (atual Luziânia) a Mestre d'Armas (atual Planaltina), nas margens do córrego do Brejo no interior do Parna de Brasília. Praticamente morando e desfrutando de tão bela natureza, Luiz Cruls e sua equipe deixaram vestígios de sua passagem durante os trabalhos de demarcação do quadrilátero da nova Capital do Brasil. Além da mudança do nome do córrego Brejo para córrego do Acampamento, a localização da morada da Comissão ainda pode ser feita, necessitando um estudo mais apurado para identificar possíveis utensílios e outros indicativos da época.

A toponímia dos cursos d'água também remetem à ocupação colonial da região, os córregos Torto, Gil, Três Barras, Barriguda, Milho Cozido e Bananal são personagens de uma antiga relação do homem com o meio-ambiente; além da necessidade de seu uso para a vida, a hidrografia era referência para o viajante, delimitação das fazendas e cercas naturais para contenção dos animais.



Fig. 4 – Locais onde foram encontrados vestígios históricos. As linhas brancas representam os caminhos antigos. Fonte: adaptado sobre imagem do Google Earth.

Para construir os argumentos que apoiam a análise dos vestígios, foi pesquisada e reunida, além da bibliografia sobre a história de Goiás, uma variedade de fontes documentais, a

saber: cartografia colonial, relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX, a cadeia dominial das fazendas, os registros paroquiais das terras, inventários do século XIX dos antigos proprietários, levantamento genealógico das famílias, fotografias e o mapeamento georeferenciado dos sítios históricos e entrevistas com herdeiros das fazendas e funcionários das unidades de conservação. Assim, é possível relacionar os traços da cultura material com o modo de vida que se desenvolveu nos espaços hoje pertencentes ao Parna de Brasília e à Rebio Contagem, de modo a fornecer subsídios suficientes para o reconhecimento do valor histórico dos vestígios e provocar a administração das unidades de conservação a refletir sobre seus espaços também como lugares históricos.

Literatura sobre o tema

A vasta literatura que trabalha com os temas patrimônio e meio ambiente apenas tangencia as questões relacionadas ao reconhecimento de vestígios históricos em unidades de conservação ambiental.

A necessidade de argumentar a existência pretérita de ocupação e permanência humana em meio natural nos leva a recorrer a teorias de áreas do conhecimento que sirvam de instrumento orientador para a pesquisa.

A História da Cultura Material é um dos campos que busca estudar a interação dos objetos com diferentes aspectos da vida humana, uma vez que o estudo dos utensílios, alimentação, moradia, vestimenta, fornece ao pesquisador o contato com fontes materiais produzidas pela ação humana. Os objetos são analisados pelos usos e apropriações sociais, tais como necessidades, técnicas construtivas, e sua importância para a sociedade (BARROS, 2004, p.30). Na série de publicações intitulada “História da vida privada no Brasil” (1997), é notória a atenção dada ao campo da História Material. A coleção aborda temas que traçam cenários do cotidiano e práticas de usos e costumes da sociedade no processo histórico brasileiro.

Outro campo de abordagem que tem muito a contribuir é o da Arqueologia Histórica, voltado para o levantamento e decifração das fontes e artefatos da cultura material, tendo nos métodos arqueológicos sua prática fundamental. Para decifrar os vestígios encontrados, a Arqueologia Histórica utiliza-se das variadas categorias de fontes que possam conectar o objeto/vestígio com a história estudada. Possui extensa bibliografia, que engloba os

conhecimentos técnicos básicos utilizados em campo, as pesquisas desenvolvidas, além de textos teóricos que lhe dão fundamento. Os trabalhos de Pedro Paulo Funari, “Cultura Material e Arqueologia Histórica” (1998) e “Os historiadores e a Cultura Material” (in PINSK, 2005), são exemplos do que está sendo produzido com o propósito de discutir o uso da técnica arqueológica associada à pesquisa mais ampla nas fontes.

Trabalhos que discutem a relação entre a história e a memória, como os de Jacques Le Goff (2003), que se propõe a discutir como a história das sociedades, o passado e o presente, considerando as interações com o ambiente, podem ser captadas e representadas pela narrativa histórica. As questões de Le Goff contribuem para os debates dirigidos ao patrimônio cultural, principalmente ao conceito de “Paisagem Cultural”, nova categoria de preservação patrimonial adotada pelo IPHAN. O estudo de Rafael W. Ribeiro (2007) sobre o tema, observa que as relações do homem com o ambiente produzem transformações, estas estão preenchidas de memória e de história, o que leva a considerar que um bem não deve ser interpretado isoladamente, mas entendido como parte de uma organização mais ampla e complexa.

No âmbito regional, um dos mais relevantes estudos sobre a história do Distrito Federal foi realizado pelo historiador Paulo Bertran. Ao se propor a reconhecer a ligação histórica entre o Distrito Federal e Goiás, Bertran produziu valioso material que transita pelos estudos históricos da cultura material e arqueológica, com acurado exame das fontes. A sua obra tornou-se referência, com destaque para a “História da Terra e do Homem no Planalto Central” (2000), em que o autor concretizou o conceito de eco-história. Este conceito foi apresentado em seu artigo “Desastres ambientais na Capitania de Goiás” (1991). Na sua extensa obra, a eco-história argumenta a relação homem-natureza num olhar econômico e social, pautado pela adequação do habitante do cerrado ao momento histórico.

Ao olharmos para o nosso objeto de estudo, estamos lidando com uma situação muito particular, na qual uma área que permaneceu ocupada durante três séculos está inserida atualmente em outro propósito: o da preservação pela ausência humana. Tal situação findou por gerar um cenário muito interessante de pesquisa para cujo estudo acreditamos que os campos apresentados podem servir como base de sustentação teórico-metodológico para o desenvolvimento do trabalho.

Objetivo

A identificação dos vestígios materiais existentes no Parna de Brasília e na Rebio da Contagem, produzidos por agentes históricos no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, tem por objetivo refletir sobre o reconhecimento de produtos da cultura material em áreas de preservação ambiental, e as consequentes ações no sentido de integrá-los ao patrimônio ambiental de modo a garantir a sua valorização e preservação.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850-1920)**. Goiânia: UFG, 2003.
- BARROS, José D` Assunção. **O campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000.
- _____. *Desastres ambientais na capitania de Goiás*. In: **Revista Ciência Hoje**, SBPC, v. 12, nº 70, jan. - fev. 1991.
- _____. **Parque Nacional de Brasília: história, contexto regional, contexto imediato e outras reflexões**. 1998.
- CRULS, Luiz. **Atlas dos itinerários perfis longitudinais e da zona demarcada. (Comissão de Estudos da Nova Capital da União)**. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1894.
- _____. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: edição especial do Centenário da Missão Cruls 1892 – 1992**. Brasília: CODEPLAN, 1992.
- FARIAS, Darcy Dornelas de. **Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriação em Goiás: 1955 – 1958**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Os historiadores e a cultura material* In: PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Coleção “Idéias” 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- IBDF. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília**. Brasília: IBDF/FBCN, 1978.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.
- MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Coleção História da vida privada no Brasil, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

Referências cartográficas

Quadro 1

Fig. 1	
Título	Parque Nacional de Brasília
Autor (es)	Erika Nascimento, Christiane Horowitz e Sarah Lindbergh
Data	sem informação.
Escala	sem informação.
Acervo (s)	Parque Nacional de Brasília
Fig. 2	
Título	Novo Distrito Federal: Planta Índice Cadastral
Autor (es)	Janusz Gerulewicz e Joffre Mozart Parada
Data	1958
Escala	1:100.000
Acervo (s)	Joffre Mozart Parada, Casa Altamiro Pacheco (Goiânia)